



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO-MPE

BENEDITO MACIEL DA SILVA JÚNIOR

**O IMPACTO DA CRIMINALIDADE NA DEMANDA TURÍSTICA DO NORDESTE
BRASILEIRO**

**FORTALEZA
2017**

BENEDITO MACIEL DA SILVA JÚNIOR

**O IMPACTO DA CRIMINALIDADE NA DEMANDA TURÍSTICA
DO NORDESTE BRASILEIRO**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Economia no Setor Público da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Aprovada em 13/10/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Veras Corrêa (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Silvando C. de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maurício Benegas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

J11 JUNIOR, BENEDITO MACIEL DA SILVA.
O IMPACTO DA CRIMINALIDADE NA DEMANDA TURÍSTICA DO NORDESTE BRASILEIRO
/ BENEDITO MACIEL DA SILVA JUNIOR. – 2017.
35 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. MÁRCIO VERAS CORRÊA.

1. Motivação turística. 2. Segurança Pública. 3. Turismo. 4. Nordeste. I. Título.

CDD 330

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria que me foi concedida durante toda a minha vida, especialmente nos desafios acadêmicos e profissionais a que me propus enfrentar.

Aos meus pais, irmãs e sobrinha pela condução e carinho dispensado por toda a minha vida.

À minha esposa pela paciência e pelo suporte incondicional oferecido diante de todos os desafios a que nós fomos submetidos no decorrer da vida conjugal.

Ao meu filho, fonte de inspiração e amor incondicional.

À AUDITECE e à UFC pela oportunidade oferecida de realizar um Mestrado Profissional em nível de excelência, proporcionando maior grau de conhecimento, do qual pretendo fazer uso pelo restante de minha vida.

Aos professores da UFC que tive o privilégio de conhecer e aprender seus valiosos ensinamentos, especialmente ao professor Márcio Veras pela paz e tranquilidade transmitidas nos momentos de dificuldade e pela valiosa orientação na elaboração deste trabalho.

Aos colegas do Mestrado pela companhia e apoio oferecidos durante todo o curso.

RESUMO

Este trabalho discorre sobre uma possível relação entre a segurança pública e a motivação do deslocamento turístico. Para tanto, utiliza-se do contexto nordestino, uma das principais regiões indutoras de turismo no Brasil. Aborda-se o tema perpassando pela importância do turismo para a economia do nordeste do Brasil, o nível de criminalidade que a região enfrenta ano a ano e os seus efeitos na demanda turística local. Em uma instância mais abrangente, este estudo visa colaborar para uma discussão mais ampla da relação entre segurança pública e escolha de um destino turístico. Especificamente, o trabalho visa suscitar a relevância de se levar em conta os dados relacionados à segurança pública para o planejamento turístico e evidenciar a importância da qualidade da segurança pública relacionada especificamente aos segmentos de turismo no nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Motivação turística; Segurança Pública; Turismo; Nordeste.

ABSTRACT

This paper discusses a possible relationship between a public safety and a motivation of the tourist displacement. For this purpose, it is used in the context of the Northeastern context, one of the main tourism inducing regions in the Brazil. The topic is approached, ranging from the importance of tourism to the economy in the northeast of the Brazil, the level of crime that is a region where a place is located and one of its effects on local demand. In a more comprehensive instance, this study aims to collaborate for a broader discussion of the relationship between public safety and the choice of a tourist destination. Specifically, the paper aims to raise a relevance of taking into account the data related to public safety for tourism planning and to highlight an important one of the quality of the public safety related specifically to the tourism segments in the Brazilian northeast.

Keywords: Tourism motivation; Public security; Tourism; Northeast.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. O NORDESTE E A EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA NORDESTINA.....	09
3. O TURISMO NA ATUALIDADE E SUA PRÁTICA NO NORDESTE.....	11
4. ASPECTOS TEÓRICOS E A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NO NORDESTE	18
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
6. ESPECIFICAÇÃO DO MODELO E DADOS DA PESQUISA.....	24
7. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Turismo-OMT, turismo se relaciona com as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios, cultura e outros.

O turismo é uma atividade econômica e social que impacta decisivamente sobre outros setores e, conseqüentemente, na sociedade como um todo, sobretudo naquelas regiões com potencialidades para o seu desenvolvimento. Em 2016, países como Espanha (1°), França (2°) e Alemanha (3°) tiveram o maior potencial competitivo nos diversos serviços de viagens e turismo, segundo o Fórum Econômico Mundial¹. O estudo analisa 14 dimensões do turismo como, por exemplo, infraestrutura aeroportuária, turística e competitividade de preços; e compara 141 países. O Brasil aparece na 27° posição neste ranking, primeiro país da América do Sul, evoluindo expressivamente já que na edição de 2013 ocupava a 51° posição.

Já na região nordeste do estado brasileiro, a indústria do turismo tem permitido uma dinâmica marcante, notadamente nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, face principalmente à dimensão econômica e demográfica da região sudeste do Brasil, principais emissores domésticos de turistas.

Mais especificamente, as participações do fluxo internacional, o qual tem sido crescente no nordeste do Brasil principalmente oriunda de países desenvolvidos do continente europeu como Itália, Portugal e França, e do fluxo doméstico crescente, sobretudo das regiões Sudeste e Nordeste, faz com que o setor de turismo ganhe grande expressividade na economia nordestina, agregando cada vez mais valor. Porém, o mercado competitivo do turismo vem exigindo cada vez mais ações e projetos inovadores que busquem conciliar negócios, lazer e cultura.

O envolvimento com outros mercados (serviços, trabalho, bens, cultura etc.) faz com que o turismo tenha particularidades, já que o turista, consumidor do destino turístico, demanda os mais diferentes tipos de capital (físico, humano, natural, social, econômico, cultural, etc.). Por exemplo, um turista quando toma a decisão de visitar algum destino, geralmente avalia se há diferentes atributos na localidade, tais como: humano (bom atendimento, fácil comunicação-idioma, hospitalidade), ambiental (paisagens, fauna, flora,

¹ Relatório de 2016. Fórum Econômico Mundial.

atrativos naturais), cultural (arte, costume, religião, música), físico (conforto, infraestrutura, diversão), social (pobreza, policiamento, segurança) e econômico (preço, câmbio, juros, crédito).

Assim, avaliar a disponibilidade e/ou oferta e a demanda dos diferentes tipos de capitais turísticos que o consumidor de um destino turístico procura e, sobretudo, avaliar os impactos sobre a disposição desses ativos, requer a organização de um marco referencial, bem como um esforço analítico de avaliação da interligação entre as variáveis integradas à atividade turística.

A análise de algumas dessas variáveis dá origem ao presente estudo, o qual tem como motivação avaliar a demanda turística para a região nordestina do Brasil sob a ótica dos impactos causados pelos índices de criminalidade. Este trabalho leva em consideração também os efeitos sobre a demanda turística das condições econômicas dos principais estados emissores, a partir de dados da renda média *per capita*; os efeitos da infraestrutura, sendo medido pelo quantitativo dos meios de hospedagem disponíveis no destino e a influência dos custos de transporte, medidos pela distância aérea média entre origem e destino.

O trabalho desenvolveu-se com base em dados dispostos em painel, com periodicidade anual de 2002 a 2015 das seguintes variáveis para os principais estados indutores de turismo da região nordeste do Brasil (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte): Demanda Turística oriunda de São Paulo e Rio de Janeiro, medido pelo número de passageiros desembarcados nos aeroportos das capitais dos estados analisados, elaborados pela Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC); Taxa de Homicídios por 100.000 habitantes dos estados analisados, com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Renda média *per capita* nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Número de Meios de Hospedagem (MH) nos estados analisados, elaborados pelo Ministério do Turismo (MTUR); e Distância Aérea média em milhas entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e as capitais dos estados do destino turístico.

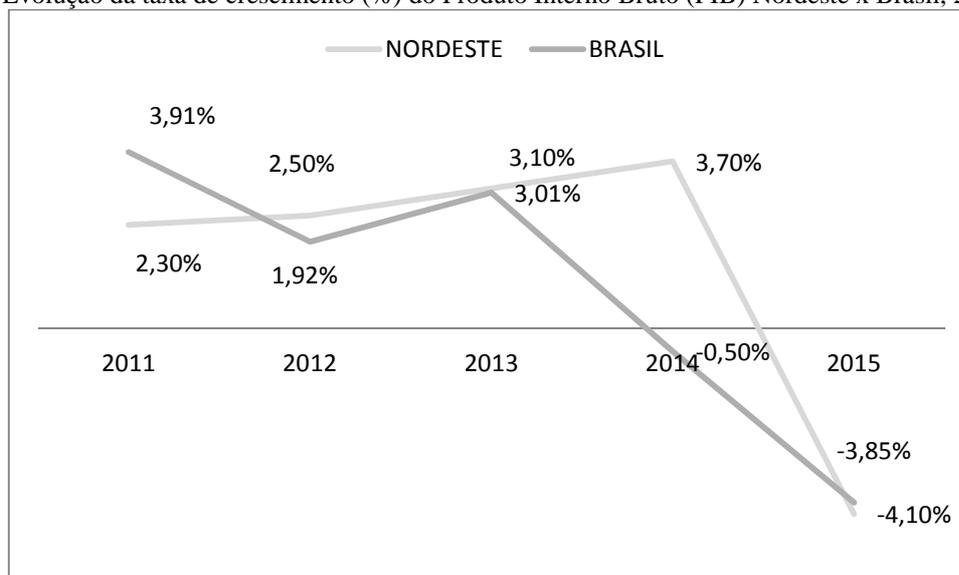
A partir desses dados, o presente trabalho utiliza-se da ferramenta econométrica para se verificar o grau de integração entre as variáveis, com vistas a oferecer argumentos em eventual discussão acerca de qualquer movimento que tenha como finalidade alavancar o turismo no nordeste brasileiro.

2 O NORDESTE E A EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA NORDESTINA

O nordeste brasileiro, com uma população estimada em 2016 de 56,9 milhões de pessoas, é a 3º maior região do Brasil, com área total de 1.558.196 Km² e possui posição geográfica estratégica para operações de comércio exterior e turismo, atividades econômicas com grande potencial de crescimento.

Na figura 2.1 são mostradas, a título comparativo, as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Nordeste para o período de 2011 a 2015, em que o Nordeste apresentou taxas de crescimento próximas da nacional, com exceção do ano de 2014, quando apresentou crescimento bem maior. No terceiro trimestre de 2014, com a crise macroeconômica iniciada nos estados mais industrializados do sul e sudeste e repercutindo no resultado do Brasil, o PIB brasileiro reduziu em 0,5%, enquanto o Nordeste apresentou forte aquecimento em sua economia, registrando um acréscimo de 3,70%. Entretanto a crise atingiu a região a partir do segundo trimestre de 2015, resultando em uma retração de 4,10% neste ano, sendo maior que a queda de 3,85% verificada no Brasil.

Figura 2.1 Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Nordeste x Brasil, 2011-2015.



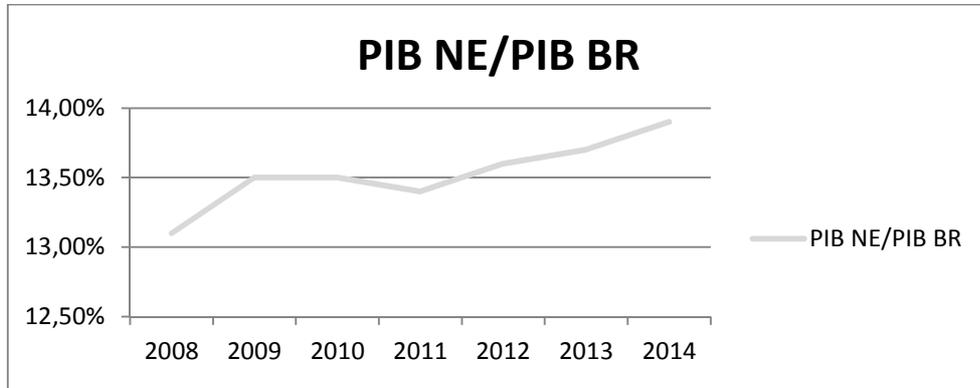
Fonte: IBGE

Quanto à participação na economia entre 2011 e 2015, a Bahia representa a maior economia da região, com uma participação média de 3,8% na economia nacional, acompanhada por Pernambuco e Ceará, com uma participação média de 2,6% e 2,1%, respectivamente.

Atualmente, a região nordeste é a terceira maior economia do Brasil entre as grandes regiões, ficando atrás apenas das regiões sudeste e sul. Na figura 2.2 observa-se, a

partir do ano de 2011, uma tendência de crescimento da relação do PIB do Nordeste sobre o PIB do Brasil, passando de 13,40% em 2011 para 13,90% em 2014.

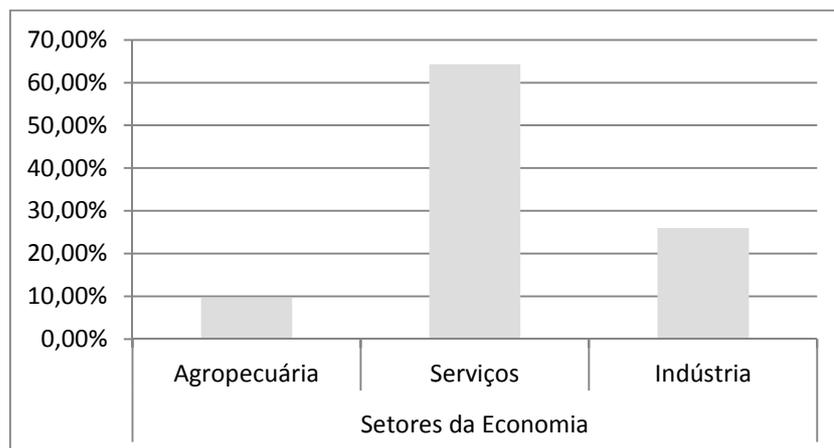
Figura 2.2 Participação do PIB do Nordeste no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE

Quando se desagrega a economia na região nordeste pelos seus três principais setores, observa-se a expressiva participação do setor de serviços, uma vez que representa, em média nos últimos anos, quase 65,0% do total do valor adicionado (VA) (Figura 2.3). A participação da agropecuária fica em torno de apenas 9,70%, devido, principalmente, da dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificados no período, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. E a participação do setor industrial é de 26,0%.

Figura 2.3 Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total.



Fonte: IBGE

É notório que a região nordeste tem vocação forte no setor de serviços, sendo o setor que apresentou maior expansão nos últimos anos. Historicamente essa vocação remonta a sua colonização, quando recebeu a tarefa de abastecer de produtos básicos as regiões ditas “nobres”, em outras palavras, as produtoras de cana de açúcar do nordeste.

Atualmente são inúmeras as atividades do gênero serviços, dentre as quais, destacamos o turismo, atividade econômica em crescente expansão na região nordeste do Brasil nos últimos anos e que se correlaciona com várias outras atividades econômicas, promovendo tanto diretamente como indiretamente melhores resultados na economia regional. O impacto da Receita Turística Total (direta e indireta) ou renda gerada pelo turismo sobre o PIB do nordeste brasileiro fica atualmente, em média, em 9,8%. Isso representa a maior participação da atividade turística no PIB dentre as regiões brasileiras. Além disso, o aumento da atividade turística na economia nordestina coloca em evidência a importância dessa atividade na economia da região e que, portanto, o turismo e suas relações devem ser objeto de estudo, planejamento e investimento a fim de se alcançar, cada vez mais, melhores resultados socioeconômicos.

3 O TURISMO NA ATUALIDADE E SUA PRÁTICA NO NORDESTE

O turismo constitui em uma atividade que tem crescido muito nos últimos anos no mundo, com taxa média anual de crescimento de 4,0% entre 1995 e 2011, constituindo-se como um fenômeno econômico e social, devido, principalmente, às altas taxas de crescimento da demanda por viagens no âmbito internacional. Esse crescimento do turismo está também positivamente relacionado ao desempenho da economia mundial e apresenta um comportamento de descentralização em relação às origens e destinos tradicionais, com maiores taxas de crescimento nos países emergentes como o Brasil. Estima-se que atualmente o setor do turismo seja o 3º empregador do planeta, ficando atrás apenas do comércio e da agricultura. Segundo a OMT, só em 2015, aproximadamente 1,1862 bilhões de pessoas fizeram turismo no mundo, gerando U\$\$ 1,12601 trilhões de dólares de receita cambial, representando 9% do PIB mundial. Além disso, o investimento em turismo faz parte do esforço da mitigação da pobreza no mundo, pois a atividade absorve micro, pequenos e grandes empreendimentos, contribuindo para o ambiente socioeconômico de onde opera. Por esse e outros motivos não menos importantes, as tradicionais descrições do turismo baseadas nas características dos visitantes, nas condições que levaram a cabo suas viagens e estadias e o motivo de sua visita têm sido contempladas por uma perspectiva de caráter econômico e social.

Para Bonald (1984), o turismo é um conjunto de aspectos sociais, econômicos e culturais que provocam e integram o deslocamento de pessoas do local de residência a outro, sem o objetivo de permanência, com a finalidade de fruição.

Tomando-se como base o conceito de Bonald, o turismo deve ser bem planejado com políticas e normas bem definidas, tendo em vista que o afluxo de pessoas e de exploradores também pode causar danos à atividade local, em seus diversos aspectos, como: cultural, ambiental, social e econômico.

Nessa mesma perspectiva, Pereira (2003) cita que o crescente aumento da demanda turística aos ambientes naturais, ambientes extremamente sensíveis, induz a que o planejamento dos espaços a serem visitados, dos equipamentos utilizados e das atividades promovidas, se nos afigure como de vital importância à prática do turismo, seja como manutenção dos meios postos e expostos à visitação, seja para preservar os encantos e belezas desses ambientes ao acometimento espiritual das gerações futuras.

Na realidade brasileira, o turismo é um dos setores mais relevantes da atividade econômica. Vem sendo tomado como uma alternativa na geração de renda e emprego; e também na vertente distributiva e auxiliar no combate à pobreza, em termos de comparação com as outras atividades dinâmicas da economia. A contribuição da atividade turística para a geração de riquezas e melhoria do bem-estar social pode ser sentida de múltiplas maneiras, a saber: na geração de emprego, distribuição e circulação de renda, transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões menos favorecidas, nos investimentos e inovações tecnológicas, no desenvolvimento de infraestrutura coletiva, na preservação do ambiente e recuperação do patrimônio histórico-cultural, nas oportunidades de desenvolvimento e nas necessidades dos viajantes. Esses efeitos interagem em diversos domínios da sociedade e, de maneira geral, envolvem de forma sinérgica o ambiente cultural, ecológico, político e social.

Alguns estudos também corroboram com a ideia de que o turismo no Brasil pode desempenhar uma função relevante na geração de emprego e renda e na redução da desigualdade e da pobreza no país. Um dos trabalhos pioneiros com este enfoque foi o de Casimiro Filho (2002), que analisou o turismo na economia brasileira a partir de uma matriz insumo-produto, o qual verificou uma participação do setor equivalente a 7,54% do PIB nacional em 1999 e 12,2% do total de empregos do país, o que correspondeu a um total de 7 milhões de empregos diretos relacionados ao turismo. Além disso, o autor verificou que o turismo doméstico e o internacional têm diferentes impactos sobre a geração de empregos, impostos indiretos líquidos, renda das famílias e sobre o valor adicionado. No estudo de Casimiro Filho (2002) foram verificados

maiores benefícios da demanda turística doméstica em relação à demanda internacional porque, de fato, a magnitude do fluxo de turistas domésticos no Brasil é maior que o fluxo do turismo receptivo internacional.

Seguindo a mesma linha, Takasago (2010) elaborou uma matriz insumo-produto para o setor turístico no Brasil, referente ao ano de 2006. Esse estudo teve uma vantagem sobre o de Casimiro Filho (2002), pois além de ser mais atual, considerou os percentuais de mão de obra voltados exclusivamente para o atendimento aos turistas, a partir de um levantamento do IPEA. Esses ajustes permitiram uma estimativa mais precisa sobre a importância econômica do setor turístico na economia nacional que, em 2006, atingiu a participação de 5% no PIB nacional.

Em relação à importância do turismo na redução da pobreza e desigualdade de renda, Takasago (2006) também elaborou um estudo utilizando um modelo de equilíbrio geral para o ano de 2002. A partir desse trabalho, foi observado que um aumento exógeno da demanda doméstica no Brasil beneficia mais as famílias pobres brasileiras, pelo aumento da renda no trabalho e, conseqüentemente, com efeitos positivos sobre a desigualdade de renda no país.

Seguindo a mesma orientação de pesquisa com enfoque na renda do trabalho, Souza e Silveira Neto (2008) encontraram evidências, para o período de 2002 a 2006, de que a distribuição regional de renda do trabalho *per capita* das atividades do turismo esteve mais favorável aos estados brasileiros mais pobres do que a distribuição total da renda do trabalho *per capita* dos demais setores econômicos juntos, sugerindo que as atividades turísticas têm um impacto positivo na redução das desigualdades de renda no Brasil, notadamente nos estados mais pobres da federação.

Vale salientar também que o setor do turismo é uma atividade econômica que necessita de menor investimento para a criação de postos de trabalho por ser intensiva em mão de obra, em função da natureza dos serviços envolvidos na sua cadeia produtiva, sendo uma promissora área na criação de oportunidades de empregos.

Atualmente cabe destacar que o turismo no Brasil tem se destacado no contexto internacional, com expressiva participação da região nordeste. A realização da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016, além de outros grandes eventos esportivos, culturais, empresariais e políticos, favorecem a projeção da imagem do país e da região com os investidores internacionais e com as demais nações emissoras de turistas. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no relatório de 2015, o Brasil estava em 8º lugar em

investimento estrangeiro direto e em 5º lugar no *ranking* das economias mais prospectivas para receber investimentos entre 2015 e 2017.

Diante de suas potencialidades, o setor turístico do Brasil também vem atraindo de modo progressivo a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas, mormente nas regiões receptoras mais pobres, cujas orientações de políticas econômicas merecem ainda maior engajamento do poder público. O programa de investimentos em infraestrutura turística do país em obras como sinalização turística, pavimentação asfáltica, construção de centros de convenção, de pátios, de centros de atendimento ao turista, entre outros, têm beneficiado o fluxo turístico no país. Entre 2003 e 2016, já foram investidos via Ministério do Turismo, aproximadamente U\$\$ 4,2 bilhões e mais de 17 mil obras.

No que tange ao nordeste brasileiro, a região apresenta um bom potencial de desenvolvimento no âmbito do turismo, entre outros fatores, por possuir um litoral extenso, composto por belas praias e um clima quente, além dos diversos aspectos culturais inerentes à região, considerados atrativos turísticos com grandes potencialidades de aproveitamento econômico. Essa potencialidade turística pode também ser aproveitada de forma a tornar-se um mecanismo voltado para a redução da desigualdade de renda e pobreza, uma vez que o nordeste apresenta ainda elevados índices de pobreza e de desigualdade social. Atualmente, estudo do Ministério do Turismo aponta que o nordeste é uma das regiões que mais se beneficia do turismo no Brasil, além de ser um dos destinos preferidos do turista doméstico.

Quanto ao turismo receptivo internacional, apesar de ser um mercado com grande potencial de expansão para o nordeste, o grande fluxo de turistas no Brasil está fortemente concentrado nas regiões sul e sudeste do país. A região nordeste apresenta taxas tímidas do fluxo de turistas estrangeiros, representando atualmente, em média, apenas 5,56% da demanda turística no internacional no Brasil e uma variação anual recente em torno de -0,23%. A tabela 3.1 traz os números de turistas estrangeiros que visitaram o nordeste, segmentado pelos principais estados receptores, entre 2012 e 2015.

Tabela 3.1 Fluxo de turistas estrangeiros no nordeste, por unidade da federação (UF).

UF/Região	2012	2013	2014	2015
Ceará	91.648	84.119	85.025	78.711
Rio Grande do Norte	40.488	35.888	38.014	28.580
Pernambuco	70.259	75.174	78.075	66.232
Bahia	142.803	128.832	145.660	151.660
Nordeste	345.198	326.026	346.774	325.183
Brasil	5.676.843	5.813.342	6.429.852	6.305.838
Nordeste/Brasil (%)	6,08%	5,61%	5,39%	5,16%

Fonte: Elaboração própria, dados do Ministério do Turismo.

Já em relação ao turismo doméstico, quando comparado com o turismo internacional, tem-se que as disparidades regionais são menores e o nordeste se destaca como uma região receptora de turistas domésticos, conforme pode ser visto na tabela 3.2. Isso possibilita um maior aproveitamento do mercado interno do turismo, principalmente em relação ao sudeste e a própria região nordeste (turismo regional). O nordeste se apresenta como a segunda região mais importante na recepção de turistas domésticos, ficando atrás apenas da região sudeste, conforme tabela 3.3.

Tabela 3.2 Desembarques nacionais de passageiros no nordeste, por unidade da federação (UF), utilizados como *proxy* da demanda turística doméstica.

UF/Região	2012	2013	2014	2015
Alagoas	857.943	968.311	941.809	986.444
Bahia	4.372.029	4.276.644	4.571.690	4.520.267
Ceará	3.085.759	3.040.338	3.318.362	3.254.646
Maranhão	1.163.063	1.090.736	1.102.322	1.029.579
Paraíba	682.962	675.574	750.657	789.126
Pernambuco	3.400.207	3.611.964	3.720.310	3.434.145
Piauí	528.539	547.008	598.003	612.415
Rio G do Norte	1.278.333	1.156.649	1.196.743	1.247.031
Sergipe	685.209	666.576	680.535	634.560
Nordeste	16.054.044	16.033.800	16.880.431	16.508.213
Brasil	85.471.710	88.943.789	94.741.258	94.453.798
Nordeste/Brasil (%)	18,78%	18,03%	17,82%	17,48%

Fonte: Elaboração própria, dados do Ministério do Turismo.

Tabela 3.3 Desembarques nacionais de passageiros por região, utilizados como *proxy* da demanda turística doméstica.

Região	2012	2013	2014	2015	% Participação média
Norte	5.243.106	5.279.782	5.769.777	5.647.376	6,03%
Nordeste	16.054.044	16.033.800	16.880.431	16.508.213	18,03%
Sudeste	42.312.804	44.388.620	47.294.800	46.967.536	49,76%
Sul	10.800.611	11.100.042	11.767.524	11.812.169	12,51%
Centro-Oeste	11.061.145	12.141.545	13.028.726	13.518.504	13,66%
Brasil	85.471.710	88.943.789	94.741.258	94.453.798	100,00%

Fonte: Elaboração própria, dados do Ministério do Turismo.

No início dos anos 90, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o PRODETUR/NE, com o objetivo institucional de desenvolver o turismo em harmonia com o crescimento econômico, a preservação ambiental, a responsabilidade social e o fortalecimento da identidade e dos valores culturais do nordeste. Este fato foi considerado um marco importante para se desenvolver ações e para propor políticas direcionadas ao turismo, isto feito por parcerias entre governos e iniciativa privada. Para tanto, o programa desenvolve ações de capacitação e qualificação dos segmentos envolvidos na cadeia produtiva do setor, através de convênios firmados com organismos nacionais e internacionais. Nesse universo, destacam-se as integralizações entre o Banco do Nordeste (BNB), órgão executor do programa, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de internacionalizar investimentos para projetos e megaprojetos de interesse. Mais recentemente, têm-se consolidado estas parcerias, por meio de captação de negócios e investimentos para o desenvolvimento da infraestrutura e o crescimento socioeconômico do Nordeste.

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 2011, 30,0% das viagens domésticas no Brasil, tiveram como destino o nordeste, a segunda maior taxa de participação entre todas as regiões, ficando atrás apenas do sudeste (36,5%). Tal fato vem contribuindo sobremaneira a dinâmica econômica da região direta e indiretamente.

Atualmente, dentre os estados do nordeste onde o turismo apresenta grande evolução econômica, destaca-se o Ceará. O produto interno bruto (PIB) cearense apresentou um avanço de 1,05% no primeiro trimestre de 2015 comparado com o mesmo período de 2014, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2015). Vale ressaltar que esse desempenho positivo do estado ocorreu em cenário nacional de retração econômica, a qual registrou queda de 1,6%. Segundo o IPECE, esse resultado decorre, principalmente, da expansão das atividades relacionadas ao turismo e dos serviços públicos governamentais. Em 2015, a renda gerada pelo turismo representou 16,4% do PIB no setor de serviços, enquanto que em 2006 representava apenas 13,9%. Outro dado relevante é o crescimento do número de empregos nas atividades denominadas características do turismo. Em 2006 eram 36.113, em 2015 foram 77.902 empregos formais, uma taxa de crescimento anual de 8,9%. Quanto aos empregos informais, estes eram 42.178 em 2006 e 112.531 em 2014, uma variação de 166,8% em 9 anos. Na tabela 3.4, ao se analisar a evolução dos agregados econômicos relacionados ao turismo no estado do Ceará, comparando-os no ano de 2006 e 2015, percebe-se o potencial de alavancagem do setor e seu impacto nos ambientes econômico e social.

Tabela 3.4 Evolução dos agregados econômicos relacionados ao turismo no Ceará em 2006 e 2015

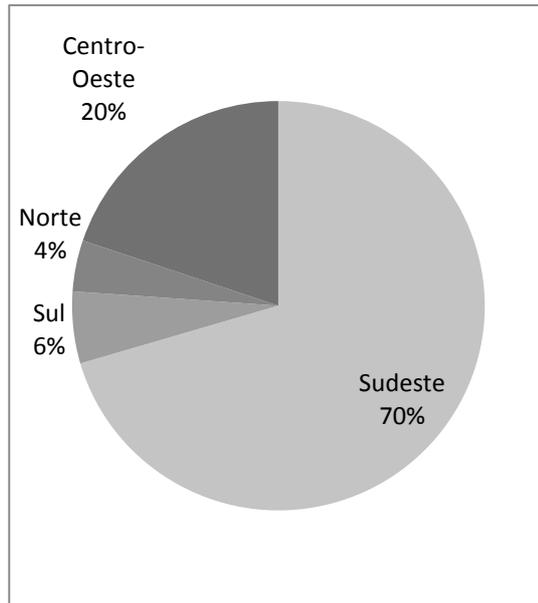
Agregados	Períodos		Variações (%)	
	2006	2015	Total	Anual
Demanda turística via Fortaleza	2.062.494	3.343.815	+62,1	+5,5
Nacional	1.794.369	3.065.292	+70,8	+6,1
Internacional	268.124	278.523	+3,9	+0,4
Demanda hoteleira de Fortaleza	1.082.274	1.878.778	+73,6	+6,3
Taxa de ocupação hoteleira (%)	57,4	73,0	+27,2	+2,7
Gastos <i>per capita</i> (R\$)	1.214,63	2.187,21	+80,1	+6,7
Receita turística direta (R\$ em milhões)	2.496,90	7.313,63	+192,9	+12,7
Renda gerada (R\$ em milhões)	4.369,60	12.798,84	+192,9	+12,7
Impacto sobre o PIB (%)	9,4	11,6	+23,8	+2,4
Impacto no PIB do setor de serviços (%)	13,9	16,4	+18,1	+1,9
Oferta Hoteleira no Ceará (UHs)	24.294	32.646	+34,4	+3,3
Empregos formais nas atividades do turismo	36.113	77.902	+115,7	+8,9
Movimento no aeroporto (mil passageiros)	2.950	6.348	+115,2	+8,9

Fonte: SETUR/CE

No que diz respeito às características e perfil da demanda turística, foram apontados como principais motivadores da visita no nordeste, nesta ordem, o passeio, as visitas a parentes e amigos e negócios/trabalho. É importante destacar que o principal estímulo da viagem motivada a passeio são os atrativos naturais, o que revela, dentre outros motivos, a eficácia da divulgação das belezas naturais da região nordestina.

Quanto aos principais mercados emissores de turistas para o nordeste, o maior fluxo de turistas domésticos que visitam a região, proveniente de outras regiões do país, é oriundo do sudeste, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os principais estados emissores de turistas daquela região. Na figura 3.1 constata-se as participações das demais regiões brasileiras na emissão de turistas para a região nordeste, tendo como base o ano de 2011.

Figura 3.1 Participação das demais regiões brasileiras na emissão de turistas para o Nordeste em 2011



Fonte: FIPE

No turismo receptivo internacional do país, a participação de região nordeste é ainda tímida, apenas 7,0% do total. Todavia, deve-se destacar que há uma concentração bastante acentuada nas regiões sul e sudeste do Brasil, que juntas correspondem a mais de 90% de participação no turismo receptivo internacional brasileiro. Assim, embora a região nordeste ainda apresente pequena participação no turismo receptivo internacional brasileiro, a região apresenta atualmente a segunda maior taxa de crescimento de turistas estrangeiros, ficando atrás apenas da região centro-oeste do país.

Quanto à movimentação turística no nordeste, a mesma se mantém constante ao longo dos anos quanto à proporcionalidade, ficando em torno de 20% nas capitais e 80% no interior e, entre as cidades do interior, destacam-se as cidades litorâneas.

4 ASPECTOS TEÓRICOS E A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NO NORDESTE

A questão da segurança, da criminalidade e da violência configura-se como bastante grave, causando significativas perdas para a sociedade e demandando um grande conjunto de iniciativas e uma grande quantidade de recursos dos governos.

Ademais, segundo a UNDOC (2014), o homicídio doloso vai além da perda da vida humana, criando um ambiente de medo e incertezas, sendo uma ameaça para a população e visitantes, prejudicando sobremaneira o turismo.

Fatores demográficos, desigualdade de renda, pobreza e deficiência de serviços públicos de educação e infraestrutura, por exemplo, passam a ser apontados como possíveis condicionantes de um cenário em que a atividade criminal torna-se opção de indivíduos em um quadro social e econômico de elevada vulnerabilidade. Obviamente, tais fatores não são os únicos a explicar o problema e diversas teses nas mais diversas áreas que estudam o comportamento humano são levantadas.

Destaca-se, entretanto, que, conforme Azevedo (2003), não existe uma relação causal entre pobreza e criminalidade. Há muito mais uma vulnerabilidade dos pobres frente à falta de oferta com qualidade de serviços públicos e, muito menos, uma suposta tendência ou motivação criminosa imposta por sua condição social.

A pobreza em si ou a concentração de população muito pobre não explicam altas taxas de homicídios. Para Córdia et. al. (2003) as taxas de homicídios são maiores nos locais onde a sobreposições de carências são maiores, combinadas com a concentração da população jovem, a ausência de idosos, a ausência de empregos, o baixo grau de escolaridade dos chefes de domicílio e a ausência de políticas públicas para amenizar o impacto da pobreza na falta de investimentos em habitação, em infraestrutura e em saúde.

Dentro desse contexto, as áreas mais violentas do nordeste são também as áreas mais vulneráveis em termos demográficos e socioeconômicos, resultado de décadas de persistente falta de fatores estruturais.

Nessa perspectiva, para o arrefecimento dos índices de violência deve-se adotar um modelo integrado de políticas, concatenando ações policiais vinculadas ao combate da criminalidade e um conjunto de ações socioeconômicas promovidas pelos entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem ser focalizadas nos jovens e nas regiões mais pobres.

Portanto, além das políticas de curto prazo no combate da violência é necessário priorizar as ações de médio e longo prazo que possam melhorar as condições de vida nos locais mais vulneráveis, oferecendo, por exemplo, um maior e melhor acesso à educação, à saúde, ao lazer e à infraestrutura.

Nesse contexto, a caracterização sucinta da taxa de homicídios para as regiões brasileiras e as unidades da federação contextualiza no cenário nacional e regional a violência instalada no nordeste do Brasil. Na tabela 4.1, o indicador referente à taxa de homicídios por 100.000 habitantes possibilita a comparação entre as unidades geográficas, assim como o monitoramento ao longo do tempo, consentindo a avaliação de tendências de médio e longo prazo no tocante à elevação ou redução da criminalidade.

Tabela 4.1 Taxa de homicídios por 100.000 habitantes por unidade da federação e macrorregiões- 2001/2012

Área/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var (%)
Brasil	27,8	28,5	28,9	27	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	29	+4,3
Norte	19,9	21,7	22,9	22,6	25,1	27	26	32,1	33,8	38,8	35,1	37,3	+87,4
Acre	21,2	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	19,6	22	23,3	22,5	27,5	+29,7
Amapá	36,9	35	35,5	31,3	33	33	26,9	34,4	30,5	40,2	30,4	35,9	-2,7
Amazonas	16,7	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21	24,8	27	31,5	36,4	36,7	+119,8
Pará	15,1	18,4	21	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	40,3	47,5	40	41,7	+176,2
Rondônia	40,1	42,3	38,4	38	36	37,7	27,4	32,1	35,6	35,6	28,4	32,9	-18
Roraima	31,7	34,9	29,7	22,6	24	27,3	27,9	25,4	27,8	28,5	20,6	35,4	+11,7
Tocantins	18,8	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	18,1	22	23,5	25,5	26,2	+39,4
NORDESTE	21,9	22,4	24	23,2	25,4	27,9	29,6	32,1	33,4	35,5	36,3	38,9	+77,6
Alagoas	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53	59,6	60,3	59,3	66,8	72,2	64,6	+120,5
Bahia	11,9	13	16	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	36,8	40,4	38,7	41,9	+252,1
Ceará	17,2	18,9	20,1	20	20,9	21,8	23,2	24	25,4	31,9	32,7	44,6	+159,3
Maranhão	9,4	9,9	13	11,7	14,8	15	17,4	19,7	21,8	23,2	23,7	26	+176,6
Paraíba	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	33,7	38,8	42,7	40,1	+184,4
Pernambuco	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	44,9	39,3	39,1	37,1	-36,8
Piauí	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	12,7	13,8	14,7	17,2	+77,3
Rio G do Norte	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	25,2	26	32,6	34,7	+209,8
Sergipe	29,3	29,7	25,2	24,4	25	29,8	25,9	28,7	32,8	33,9	35,4	41,8	+42,7
Sudeste	36,6	36,8	36,1	32,1	27,6	26,7	23	21,6	21,1	20,5	19,9	21	-42,6
Espírito Santo	46,7	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	56,4	57,2	51,5	47,4	47,3	+1,3
Minas Gerais	12,9	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	19,5	18,5	18,4	21,5	22,8	+76,7
Rio de Janeiro	50,5	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34	31,7	33,1	28,3	28,3	-44
São Paulo	41,8	38	35,9	28,6	21,6	19,9	15	14,9	15,3	14,1	13,5	15,1	-63,9
Sul	17,1	18,3	19,5	20,6	20,8	20,9	21,4	24	24,3	23,6	22,4	24	+40,4
Paraná	21	22,7	25,5	28,1	29	29,8	29,6	32,6	34,6	34,3	31,7	32,7	+55,7
Rio G do Sul	17,9	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	21,8	20,4	19,2	19,2	21,9	+22,3
Santa Catarina	8,4	10,3	11,6	11,1	10,5	11	10,4	13	13,1	13,2	12,6	12,8	+52,4
Centro-Oeste	29,3	30,4	30,5	30	28,2	28,3	28,4	31,1	32,6	31,7	34,1	38,2	+30,4
Distrito Federal	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	38,6	34,4	37,4	38,9	+5,4
Goiás	21,5	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	30	30,2	32	36,4	44,3	+106
Mato Grosso	38,5	37	35	32,1	32,4	31,5	30,7	31,8	33,3	32,6	32,3	34,3	-10,9
Mato G do Sul	29,3	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30	29,5	30,8	26,7	27	27,1	-7,5

Fonte: DATASUS. Mapa da violência- 2014

Percebe-se um processo de redução da taxa de homicídios ao longo do período na região sudeste, enquanto as regiões nordeste e norte detiveram, praticamente, um padrão de crescimento contínuo.

As regiões centro-oeste e sul, por sua vez, registraram elevações e diminuições no decorrer dos anos analisados, resultado do arrefecimento ou aumento do número de homicídios em estados específicos, o mesmo acontecendo com o Brasil como um todo.

Além disso, do universo dos estados, apenas sete conseguiram diminuição na variação da taxa de homicídios entre 2001 e 2012, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amapá.

Especificamente para o Nordeste, ressalta-se uma elevação expressiva na taxa de homicídios entre 2001 e 2012, constatando-se um aumento relativo de 77,6%, superando, em certa medida, o padrão de crescimento da taxa de homicídios nas demais regiões do país, com exceção da região norte. Na figura 4.1, tem-se a evolução da taxa de homicídios por 100.000 habitantes na região nordestina do país, saltando de 21,9 em 2001 para 38,9 em 2012.

Quanto à posição relativa dos estados que integram a região nordeste, o Ceará encontrava-se com a 18º maior taxa de homicídios entre as 27 unidades federativas no ano de 2001, saltando para o 3º lugar em 2012, atrás apenas de Alagoas e Espírito Santo.

Em 2012 o nordeste apresentou uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 38,9. Os números são preocupantes, porque a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como “violência epidêmica” uma taxa de homicídios superior a 10 por 100.000 habitantes.

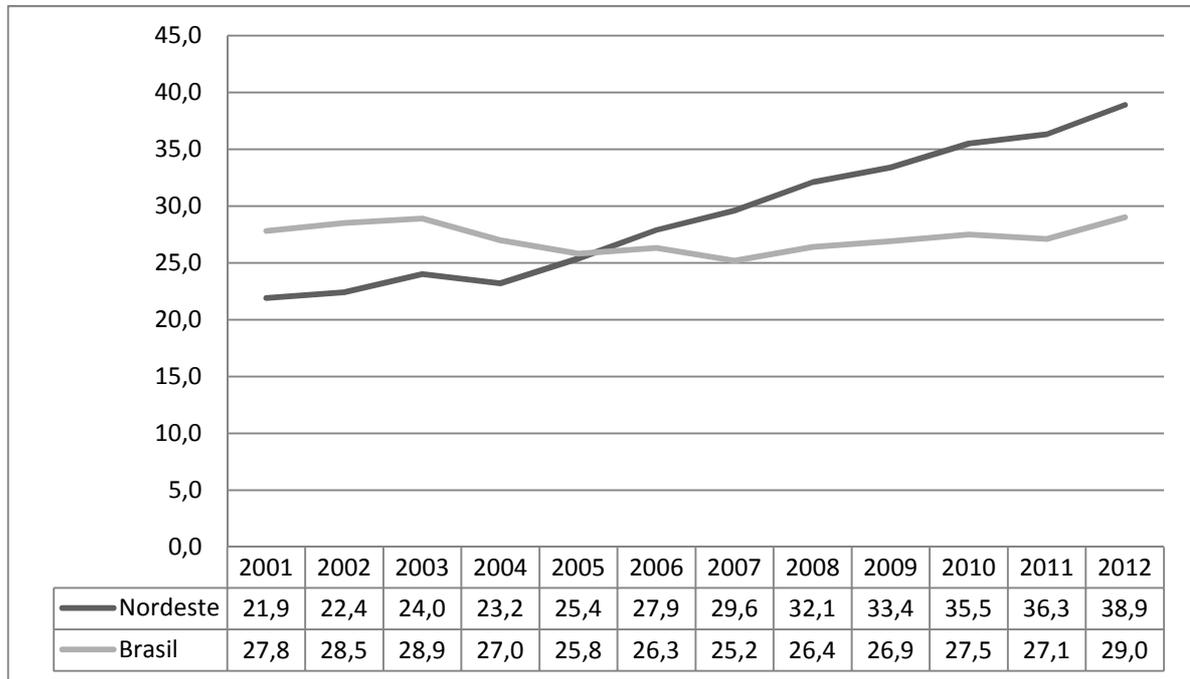
A figura 4.2 exibe um comparativo das taxas de homicídios por 100.000 habitantes para o Brasil e a região nordeste. Como se constata, a região nordeste apresenta elevação da criminalidade durante toda a série, com exceção para o ano de 2004.

Figura 4.1 Evolução da taxa de homicídios por 100.000 habitantes no Nordeste entre 2001 e 2012.



Fonte: DATASUS. Elaboração própria.

Figura 4.2 Comparativo das taxas de homicídios por 100.000 hab. entre o Brasil e o Nordeste- 2001-2012



Fonte: DATASUS. Elaboração própria

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Em uma teoria mais ampla, Lemos (2001) informa que as variáveis proeminentes na decisão do destino turístico pelo turista seriam o valor-utilidade, a renda disponível, o tempo disponível, os preços dos serviços turísticos, as taxas de câmbio, a distância, o tempo de viagem, as informações, a disponibilidade de bens e serviços turísticos e, por fim, a qualidade dos bens e serviços turísticos. Partindo-se da premissa de que apenas as variáveis aqui expostas seriam relevantes para o deslocamento turístico, é pertinente refletir sobre em que lugar estaria a segurança pública na percepção da demanda quanto à motivação para o deslocamento com finalidade turística.

Muitos países em desenvolvimento têm apostado no turismo como oportunidade de crescimento e desenvolvimento econômico. Em contrapartida, esses países sofrem com graves problemas de insegurança pública o que coloca em risco o desenvolvimento do turismo. Atualmente, muitos turistas, quando da escolha do destino turístico, querem saber a respeito da exposição à criminalidade e tendem a mudar para um destino mais seguro. Outro efeito da criminalidade que afeta indiretamente a demanda

turística é o fato de a insegurança elevar os preços dos serviços turísticos. Para a provisão de serviços turísticos como restaurantes, hotéis, alugueis de veículos, etc., empresários têm seus custos elevados com o reforço de medidas de segurança em localidades inseguras e estes custos são repassados nos preços.

Para Hall e O'Sullivan (1996), a sensação de estabilidade política e de segurança são pré-requisitos para a visita turística. Protestos violentos, agitação social, guerra civil, ações terroristas e direitos humanos violados fazem com que os turistas mudem o destino turístico.

Os turistas estão frequentemente buscando relaxar e se despreocupar nos feriados e folgas e são extremamente sensíveis aos eventos de violência. Ironicamente, na maior parte da história da humanidade, viagens estão associadas com o risco e medo quanto à violação da integridade física e dos pertences dos viajantes. Turistas somente estão dispostos a viajar se a viagem e estadia forem seguras e protegidas.

Lemos (2001) parte da premissa de que “o turista exige mais sobre os elementos a respeito dos quais tem mais expectativa” e se torna um divulgador em potencial do local visitado. Em complemento, Braggio (2007) expõe que um fator importante e condicionante da imagem da cidade como destino turístico é a segurança oferecida. Assim, quando o destino turístico começa a incorporar vulnerabilidades, o turista antevê riscos e tende a mudar a sua rota.

Aguiar (2003) afirma que “a segurança, condição básica para a qualidade na receptividade de um núcleo receptor, deve apresentar-se como uma extensão dos serviços garantidos aos moradores”. Os autores ainda afirmam não ser possível oferecer segurança aos turistas se a população também não está segura.

Um exemplo que pode ser citado no contexto dessa possível relação entre núcleo turístico receptor e segurança é o da cidade de Curitiba, no Paraná. Em relação a esta localidade, Soares Junior (2007) afirma que “muito se fala da transformação da cidade provinciana que não estava preparada para o crescimento inesperado por conta de uma intensa propaganda de seu planejamento urbano inovador”. O autor afirma ainda que não há atualmente cidades semelhantes a Curitiba que não tenha problemas com segurança pública.

Nesse contexto, a possível falha na segurança pública pode se tornar um fator de repulsa para o turismo, e não somente os atos violentos, mas a iminente ameaça já pode ser considerada um fator relevante (Cruz, 2001). Em complemento, segundo Bridi (2014), “a relação entre turismo, viagens e segurança ocorre, ao longo do contexto histórico da humanidade, de maneira paralela e interdependente”.

Ratificando as informações supracitadas, no XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, realizado no Estado de Minas Gerais, essa temática foi exposta da seguinte forma: “Não há no Ministério do Turismo uma política pública de monitoramento e estudo de segurança pública relacionada diretamente ao turismo. Isso é uma falha grave e deveria ser feito, pois segurança influencia diretamente na escolha dos destinos” (Mendes, 2014).

Lemos (2001) acredita que o turista inicia sua definição de imagem de uma localidade pelos processos de sinalização, referentes aos aspectos que conferem identidades aos destinos, positivas ou negativas: risco de segurança, lugares saturados ou em decadência, por exemplo, representam sinalização negativa, o que dificilmente é superado por qualquer estratégia de marketing, pois é uma definição de produto.

Nesse contexto, a figura do turista é uma das maiores preocupações dos pesquisadores que atuam em áreas de atividade turística. “Desde a década de 1990, essa problemática tem se deslocado para pessoas, ambientes e comunidades onde existe ameaça de incontáveis impactos socioculturais”, afirma Silva (2001).

A sensação de segurança do turista costuma estar associada a fatores como estabilidade política, social e econômica, oferta de produto turístico, infraestrutura adequada, entre outros. Este conjunto de fatores impacta diretamente na decisão do destino, afirma Gollo (2004). Nesse contexto, a falta de segurança gera conflito, pois esta se refere à proteção da vida, da integridade física, psicológica e econômica dos visitantes, prestadores de serviços e residentes, sustenta Grunewald (2003). Morales (2003) chama atenção, contudo, para a relevância que informações e dados provenientes de terceiros e de sua própria experiência também causam na decisão do turista.

Assim, é possível aludir, mediante as considerações expostas, a uma plausível relação entre a segurança pública como motivação da demanda turística e da escolha do destino visitado. Nesse cenário, o nordeste como sendo uma região de grande potencial turístico e da grande relevância do turismo para a sua realidade socioeconômica, deve fomentar políticas públicas voltadas na redução dos índices de criminalidade, tornando-se uma região ainda mais atrativa sob a ótica dos visitantes.

6 ESPECIFICAÇÃO DO MODELO E DADOS DA PESQUISA

O principal objetivo deste estudo é determinar e analisar o impacto da criminalidade na demanda turística da região nordeste do Brasil. Para isso, a variável utilizada

neste estudo para medir a criminalidade nos principais destinos turísticos do nordeste é a Taxa de Homicídios por 100.000 habitantes do estado analisado no ano anterior (T-1).

Faz-se também necessário considerar outras variáveis que influenciam significativamente a demanda turística. Segundo Middleton, Fvall e Morgan (2009), os principais determinantes da demanda turística são: fatores econômicos, preços comparativos, fatores demográficos, fatores geográficos, fatores socioculturais, mobilidade, divulgação e marketing. Dritsakis (2004), Salleh et. al. (2008) afirmam que a renda dos locais emissores de turistas, divulgação, infraestrutura turística, sensação de segurança, custo de transporte, distância geográfica, índice de preços dos destinos turísticos, dentre outros, são determinantes da demanda turística. Com base em muitas pesquisas e estudos, Sakir Gormus e Ismet Goçer (2010) consideram determinantes: o PIB, índice de preços, custo de transportes, capacidade de acomodação, população, dentre outros, para explicar a demanda turística.

Além disso, há algumas pesquisas e estudos na literatura para analisar os efeitos de variáveis na demanda turística. Esses estudos têm usado uma ampla variedade de técnicas econométricas (OLS, VAR, ARDL, AIDS, etc.), dados em painel ou em série de tempo para explicar a demanda turística.

A literatura também mostra que há diferentes formas de medir a demanda turística como o número de chegada de turistas, o número de pernoites ou o valor da receita gerada pelo turismo. Segundo Song e Li (2008) o número de chegadas de turistas é mais utilizado para estudos sobre demanda turística. Neste estudo a demanda turística para os principais estados indutores de turismo da região nordeste do Brasil (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) é medida em termos do número de passageiros desembarcados nos aeroportos das capitais dos estados supracitados, oriundos de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que o transporte aéreo é o principal meio de deslocamento dos turistas do sudeste brasileiro quando o destino é o nordeste. A escolha da origem São Paulo e Rio de Janeiro é pelo fato de que, durante toda a série histórica analisada, a maior parte dos turistas domésticos que vão para o Nordeste é oriunda desses estados e, portanto, representativa.

Em termos dos principais fatores que influenciam a demanda turística, a renda e os preços são as variáveis mais comumente utilizadas, segundo Lim (1997). Turismo é um bem. É esperado que o aumento na renda das pessoas provoque um aumento na demanda turística. Por conta da disponibilidade de dados, alguns estudos usam a renda real *per capita* ou o PIB para mensurar a renda dos locais emissores de turistas. Neste estudo, a renda média *per capita* dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro é usada para medir a renda

dos estados emissores de turistas. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente desta variável explicativa.

Segundo Sakir Gormus e Ismet Goçer (2010), na última década, um aumento no número de estudos tem considerado os custos com o transporte como uma variável determinante na demanda turística. O custo com o transporte tem sido medido pela distância entre a origem e o destino das viagens. Para Dritsakis (2004) e Hanafiah e Harun (2010), a distância entre o destino visitado e a origem aumentam os custos com transporte, assim sendo, os gastos dos viajantes. Kosnan e Kaniappa (2013) verificaram que quanto menor a distância, mais atrativo é o destino turístico para os turistas. Culiuc (2014) afirma que a distância entre dois países tem impacto negativo no turismo. Neste estudo a distância aérea média entre as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e as capitais dos destinos são usadas para medir os efeitos dos custos das viagens na demanda turística de cada destino turístico. Espera-se um sinal negativo para o coeficiente desta variável explicativa.

Para Sakir Gormus e Ismet Goçer (2010), quanto maior a capacidade de acomodações, mais atrativo será o destino turístico. Neste estudo o número de meios de hospedagem disponíveis para os turistas que visitam os estados analisados do nordeste é usado para medir a capacidade de acomodação e de infraestrutura dos destinos turísticos. Com o aumento no número de acomodações é esperado o aumento na demanda turística.

A metodologia implementada utilizou a técnica de dados em painel e apresentou as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel, efeito aleatório e efeito fixo, além dos testes necessários para a escolha do melhor modelo econométrico.

Os modelos de regressão com dados em painel são também chamados de dados combinados por agregar uma combinação de séries temporais e de observações em corte transversal multiplicadas por T períodos de tempo. Nesse caso, há muito mais informações para se estudar o fenômeno e graus de liberdade adicionais. (Baltagi, 2001; Hsiao, 2003).

Formalmente, o seguinte modelo geral resume a análise empírica realizada neste estudo. A escolha das variáveis foi assentada na literatura como representativas e determinantes da demanda turística dos estados estudados:

$$DTUR_{it} = \beta_{0it} + \beta_1 TAXHOM_{i(t-1)} + \beta_2 REND_{it} + \beta_3 MHOSP_{it} + \beta_4 DIST_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$$i = 1, \dots, N; t = 1, \dots, T$$

$DTUR_{it}$ representa a demanda turística oriunda de São Paulo e Rio de Janeiro para o estado “i” no ano “t”;

$TAXHOM_{i(t-1)}$ representa a taxa de homicídios por 100.000 habitantes do estado “i” no ano “t-1”;

$REND_{it}$ representa a renda média *per capita* do estado de São Paulo e Rio de Janeiro para o estado “i” no ano “t”;

$MHOSP_{it}$ representa os meios de hospedagem disponíveis para o estado “i” no ano “t”; e

$DIST_{it}$ representa a distância aérea média em milhas entre o estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e as capitais do estado “i” no ano “t”.

Na tabela 6.1 é evidenciada a análise descritiva das variáveis dependente e independentes do estudo. Consideram-se as medidas de média, mediana, máximo, mínimo e desvio padrão.

Tabela 6.1 Análises descritivas das variáveis do estudo

VARIÁVEL	DTUR	REND	MHOSP	DIST	TAXHOM
CLASSIFICAÇÃO VARIÁVEL	Dependente	Independente	Independente	Independente	Independente
MÉDIA	723.454,60	2.275,84	195,96	1.198,33	34,80
MEDIANA	534.117,00	2.253,19	154,00	1.274,25	34,55
MÁXIMO	2.336.173,00	2.678,68	592,00	1.418,50	71,40
MÍNIMO	15.788,00	1.922,89	30,00	829,00	10,60
DESVIO PADRÃO	603.502,20	2.437,01	127,62	209,12	15,72

Fonte: Eviews. Elaboração própria

A partir dos dados obtidos na Tabela 6.2, as variáveis REND e MHOSP apresentam-se significativas a um nível de significância de 1% ($p\text{-value}<0,01$). A variável TAXHOM é significativa a um nível de significância de 10% ($p\text{-value}<0,10$). Já a variável DIST não é significativa. A constante apresenta valor negativo, mas não é significativa. Em relação ao R^2 ajustado, o modelo proposto consegue explicar 80,12% da variável DTUR.

Tabela 6.2 Resultados da estimação por dados em painel 2002-2015

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	COEFICIENTES	DESVIO-PADRÃO	T-ESTATÍSTICO	PROB.
CONSTANTE	-767322,3	1005586	-0,762984	0,4477
TAXHOM	-3741,623	2160,665	-1,7317	0,0872
REND	875,5095	121,7715	7,189772	0,0000
MHOSP	2279,698	360,5804	6,322303	0,0000
DIST	-682,8358	820,3814	-0,832339	0,4077

VARIÁVEL DEPENDENTE	DTUR
R2	0,810815
ADJ. R2	0,801236
F-STATISTIC	84,64526
PROB (F-STATISTIC)	0,0000
EFEITOS ALEATÓRIOS (<i>cross-section</i>)	Sim

Fonte: Eviews. Elaboração própria

Para a análise dos dados, aplicou-se o teste de matriz de correlação de Pearson, o qual foi o primeiro método de correlação estudado por Francis Galton e Karl Pearson em 1987. Callegari-Jacques (2003) sugere que o teste de correlação seja interpretado conforme evidenciado no quadro 6.1:

Quadro 6.1 Interpretação de correlação

PARÂMETROS	INTERPRETAÇÃO
se $0,00 < p < 0,30$	Existe fraca correlação linear
se $0,30 \leq p < 0,60$	Existe moderada correlação linear
se $0,60 \leq p < 0,90$	Existe forte correlação linear
se $0,90 \leq p < 1,00$	Existe correlação linear muito forte

Fonte: Elaboração própria

O teste de correlação de Pearson justifica-se pelo fato da possível utilização de duas variáveis independentes com o mesmo comportamento (colinearidade), pois prejudicaria os estimadores do modelo.

Na tabela 6.3 é evidenciado o teste de correlação de Pearson na intenção de verificar se as variáveis independentes possuem colinearidade. Todas as variáveis explicativas apresentaram fraca ou moderada correlação linear e, portanto, não invalidam o modelo proposto.

Tabela 6.3 Teste de correlação de Pearson

	TAXHOM	REND	MHOSP	DIST
TAXHOM	1	-	-	-
REND	0,471923	1	-	-
MHOSP	0,112864	0,426989	1	-
DIST	-0,218717	-1,03E-17	-0,438052	1

Fonte: Eviews. Elaboração própria

Para a modelagem dos efeitos não observados existem duas possibilidades: os efeitos fixos e os efeitos aleatórios. No modelo de efeitos fixos considera-se que o intercepto específico de cada indivíduo pode estar correlacionado com um ou mais regressores. Quanto ao modelo de efeitos aleatórios pressupõe que o intercepto (aleatório) de uma unidade individual não está correlacionado com as variáveis explicativas (Wooldridge, 2002). Para a seleção do método, foi realizado o teste de Hausman e constatou-se que a melhor seleção é a modelagem por efeitos aleatórios já que o teste apresentou $p=1$, conforme critérios definidos pela literatura, demonstrada abaixo:

$0,00 < p < 0,01$ – Efeito Fixo

$0,01 \leq p \leq 0,10$ - Opção do Pesquisador

$0,10 < p \leq 1$ – Efeito Aleatório

Quanto à análise dos resíduos, atestou-se a normalidade na distribuição dos mesmos.

Conforme resultados obtidos na estimação do modelo, é possível identificar uma relação positiva entre as variáveis REND e MHOSP em relação à variável dependente DTUR, ou seja, para cada aumento de uma unidade na renda média *per capita* dos estados emissores de turistas domésticos e aumento de uma unidade na oferta de meios de hospedagem nos destinos, haverá um aumento na Demanda Turística na ordem de 875 e 2.279 turistas, respectivamente. Já a variável TAXHOM possui uma relação negativa com a Demanda Turística, ou seja, para cada aumento de uma unidade da Taxa de Homicídios no destino turístico, há uma diminuição na Demanda Turística correspondente a 3.741 turistas.

Nesse contexto, tomando por base o ano de 2015 e o estado do Ceará, para cada aumento de uma unidade da taxa de homicídios por 100 habitantes, o estado perdeu R\$ 8,18 milhões em receita turística direta, o que equivale a 0,0129% do PIB cearense. Em termos absolutos, o estado perdeu, em 2015, R\$ 369,49 milhões em receita turística direta, equivalente a 0,59% do PIB por conta de seus índices de criminalidade, além de prejuízos em toda a cadeia econômica do setor de turismo, como a redução da taxa de ocupação hoteleira, da renda gerada indiretamente, da oferta de empregos, etc.. O mesmo impacto é sentido por

todos os estados aqui analisados (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e, em última instância, pela região nordeste do Brasil como um todo.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo se propõe a investigar a possível relação entre a taxa de criminalidade e a demanda turística no nordeste brasileiro, utilizando-se a taxa de homicídios por 100.000 habitantes entre 2001 e 2014 (T-1) dos principais estados nordestinos indutores de turistas: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; assim como as respectivas demandas turísticas oriundas dos principais estados emissores de turistas para o nordeste: São Paulo e Rio de Janeiro entre 2002 e 2015 (T).

Em uma instância mais abrangente, objetivou-se colaborar para uma discussão mais ampla da relação entre segurança pública e escolha de um destino turístico no nordeste brasileiro.

Os resultados atestam que o impacto negativo da violência na demanda turística dos estados analisados é relevante.

Naturalmente, turistas são sensíveis a eventos violentos nos destinos turísticos, pois comprometem, dentre outros fatores, seu relaxamento e sua descontração. O estudo sugere que políticas do mercado de turismo nos principais estados indutores do nordeste sejam voltados também para a melhoria da segurança pública, uma vez que o aumento das taxas de violência nos destinos nordestinos promove redução substancial na chegada dos turistas, impactando sobremaneira o desenvolvimento econômico e social dos destinos.

Além disso, é notório que a violência é ruim para a imagem do destino turístico. Porém se conseguir reduzir a violência, o destino turístico poderá reverter a imagem negativa e a sua demanda turística tenderá a crescer. Segundo Hall (1996), a experiência indica que o turismo em determinado local pode se recuperar rapidamente com a cessação do conflito.

Conclui-se, dessa maneira, que a criminalidade prejudica o setor de turismo na região nordestina do Brasil e, conseqüentemente, impacta negativamente nos benefícios econômicos e sociais não desprezíveis, na geração de emprego e renda, e nos aspectos distributivos, como comprovados pelos resultados deste estudo. Assim, os resultados apontam que, para um melhor aproveitamento do potencial turístico no nordeste, é necessário também

o combate eficiente da criminalidade com vistas na sua redução e na recuperação da imagem da região como um destino turístico seguro.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. F; MARTINS, J. C. O; CARDOSO G. P. Reflexões sobre a Hospitalidade no Contexto Turístico. Turismo Visão e Ação, 2003.
- ANAC. Agência Nacional da Aviação Civil, disponível em: <http://www.anac.gov.br/>.
- ANDRADE, J.V. Turismo: Fundamentos e Dimensões. São Paulo: Ática, 2002.
- ARRILLAGA, J. I. Introdução ao Estudo do Turismo. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- AZEVEDO, M. A. Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento. Revista Psicologia, Ciência e Profissão, Belo Horizonte, vol. 23, 2003.
- BALTAGI, H. B. (2001). Econometric Analysis of Panel Data. John Wiley & Sons Ltd. West Sussex, England.
- BARRETTO, M. Manual de Iniciação do Estudo do Turismo. Papirus (Coleção Turismo). São Paulo, 1995.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. Saraiva. São Paulo, 1999.
- BONALD, O. Planejamento de Organização do Turismo. DF, 1984.
- BRAGGIO, L. A. Turismo e Segurança Pública. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina, 2007.
- BRIDI, G. Turismo e Segurança: Relação Paralela. Centro Universitário Metodista do IPA, 2014.
- CALIUC, A. (2014). Determinants of International Tourism. IMF Working Paper.
- CALLEGARI-JACQUES. (2003). Bioestatística. Princípios e Aplicações. Ed. Artmed
- CÁRDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, 2003
- CASIMIRO FILHO, F. Contribuições do Turismo à Economia Brasileira. Tese de doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 2002.
- CAZES, G; POITIER, F. Le Tourisme Urbain. Paris, 1996.
- CRUZ. R. C. A. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo, Roca, 2001.
- DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Mapa da violência, 2014.
- DRITSAKIS, N. (2004). Seasonal Analysis of Tourism Revenue. Greece
- GOLLO, G.G. Segurança e Turismo: Percepções quanto ao Aspecto “Segurança” de um Destino Turístico, como Forma de Mantê-lo Atrativo e Competitivo, 2004.
- GÖRMUS, S., GÖÇER, I. (2010). The Socio-Economic Determinant of tourism Demand in Turkey: A Panel Data Approach.

- GRUNEWALD, L. Seguridad Turística. In: Dossiê de Seguridad Turística. Revista On Line Marketing e Turismo, 2003.
- HALL, C. MICHAEL and VANESSA O'SULLIVAN. 1996. Tourism, Political Instability and Violence.
- HANAFIAH, M.H.M., and HARUN, M.F.M., (2010). Tourism Demand in Malaysia. A Cross-sectional Pool Time-Series Analysis. International Journal of Trade, Economics, and Finance. Vol. 01.
- HSIAO, C. (2003). Analysis of Panel Data. 2nd Edition. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- ICCA. International Congress and Convention Association, disponível em: <http://www.iccaworld.org/>.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Evidências da Criminalidade no Ceará, Experiências Internacionais e Fundamentação para Construção de um Pacto Social de Combate a Violência no Estado. Texto para Discussão n°113. Ceará, 2015.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Indicadores econômicos do Ceará 2015. Ceará, 2016.
- JAMAL, T; LEE, JIN-HYUNG. Integrating Micro and Macro Approaches to Tourist Motivations: Towards and Interdisciplinary Theory. Tourism Analysis, 2003.
- KOSNAN, S. S. A., ISMAIL, N. W., and KANIAPPAN, S. R. (2013). Demand Factors for International Tourism in Malaysia. Jurnal Ekonomi Malaysia. Vol. 47.
- LEMOS, L. O Turismo e as Informações de Mercado: O Enfoque na Demanda. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). Turismo Urbano. Editora São Paulo: Contexto, 2001.
- LIM, C. (1997). Review of International Tourism Demand Model, Annals of Tourism Research, Vol. 24
- MENDES, Í. O. Conferência de Encerramento: Economia e Criatividade: As Políticas Públicas de Turismo do Brasil. UFJF. XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL). Minas Gerais, 2014.
- MESQUITA, J. V.; COSTA, L. C.; AURÉLIO, M. Indicadores Turísticos 1995/2015. SETUR (CE). Ceará, 2016.

- MIDDLETON, V., FYALL, A., & MORGAN, M. (2009). Marketing in travel and tourism (4th ed.) United Kingdom: Butterworth Heinemann
- MORALES, S. Analisis del concepto de seguridad turística. In: Dossiê de Seguridad Turística. Revista On Line Marketing e Turismo, nº 01. 2003.
- MTUR. Ministério do Turismo, disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>.
- MTUR. Ministério do Turismo. Cadernos e Manuais de Segmentação: Turismo de Sol e Praia: Orientações Básicas, 2008.
- OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>
- OMT. Organização Mundial do Turismo, disponível em: <http://www2.unwto.org/en>.
- PEREIRA, D. C. Turismo, Cultura e Espaço Religioso no Santuário do Caraça. In: Anais do 7º Encontro Nacional de Turismo com Base Local; Universidade Estadual de Santa Cruz. Bahia, 2003.
- PLOG, S. Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quartely. 1972.
- SALLEH, N. H. M., and HOOK, L. S., RAMACHANDRAN, S., SHUIB, A., & NOOR, Z. M. (2008). Asian tourism demand for Malaysia: A bound test approach. Contemporary Management Research, Vol 4.
- SETUR (CE). Secretaria Estadual de Turismo, disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/>.
- SETUR (CE). Secretaria Estadual de Turismo. Estudos Turísticos da SETUR. Evolução do Turismo no Ceará nº 17- 4º Edição. Ceará, 2009.
- SILVA. Y. F. Pobreza, Violência e Crime: Conflitos e Impactos Sociais do Turismo sem Responsabilidade Social. In: BANDACCI JR. A; BARRETO M. (Org.). Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica. Papyrus, (Coleção Turismo). São Paulo, 2001.
- SOARES JUNIOR, N. A. Turismo Urbano e Criminalidade: Uma Correlação Curitibana no Século XXI. Dissertação de Mestrado. UFPR. Paraná, 2007.
- SONG, H., & LI, G. (2008). Tourism Demand Modeling and Forecasting- A Review of Recent Research. Tourism Management
- SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M. Turismo no Nordeste: Afinal, Qual é a Importância da Atividade para a Região? In: XIII Encontro Regional de Economia. Ceará, 2008.
- SWARBROOKE, J; HORNER, S. O Comportamento do Consumidor no Turismo. São Paulo, 2002.

TAKASAGO, M. Análise das Potencialidades do Setor de Turismo na Economia Brasileira: Uma Aplicação de Modelo de Equilíbrio Geral Computável. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade de Brasília. DF, 2006.

TAKASAGO, M.; GUILHOTO, J. J. M.; MOLLO, M. L.R.; ANDRADE, J. P.. O Potencial Criador de Emprego e Renda do Turismo no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v.40, n.3. 2010.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. 2015. disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf

UNDOC. United Nations Office and Drugs and Crime. Global Study on Homicide 2013: Trends, Context, Data. United Nations, 2014.

WOOLDRIDGE, J. (2002). Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data. Cambridge, Massachusetts. London, England

WORLD ECONOMIC FORUM ANNUAL MEETING, 2015. disponível em: <https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2015>

WORLD ECONOMIC FORUM ANNUAL MEETING, 2016. disponível em: <https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2016> .